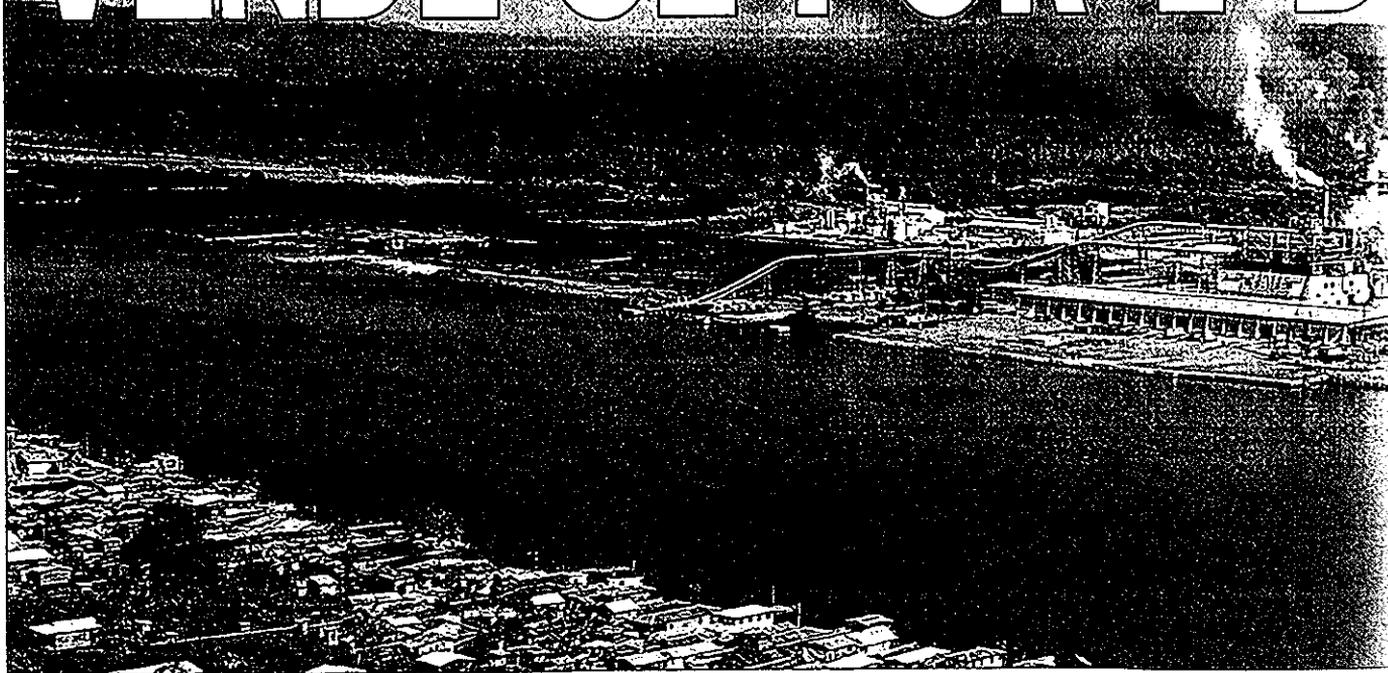


VENDE-SE POR 1 D



O Jari, que custou mais de 1 bilhão de dólares, está à venda pelo preço de dois cafezinhos

Klester Cavalcanti, de Monte Dourado, e Silvío Ferraz, do Rio de Janeiro

A placa "vende-se" está cravada nos círculos financeiros internacionais há exatos dois anos, empoeirada e cheia de teias de aranha. O objeto da venda é o Projeto Jari, o sonho frustrado do bilionário americano Daniel Keith Ludwig nas selvas do Amapá. Controlado pelos irmãos Guilherme e Mário Frering, netos do empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, pioneiro dos megaprojetos de mineração no Brasil, o Jari encontra-se em concordata branca. Deve 100 milhões de dólares ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, 50 milhões ao Banco do Brasil, BB, e outros 150 milhões a um con-

sórcio de vinte bancos privados. O acordo para eventual negociação de venda está esquematizado sobre a mesa dos atuais controladores. A família Frering cederia todas as ações do capital votante (do qual detém a maior parte), cobraria do comprador a quantia simbólica de 1 dólar e ainda daria a ele um bônus de 20 milhões de dólares. Se der certo, será um bom negócio para os herdeiros, que se verão livres de uma dívida de proporções amazônicas. O problema é achar o tal comprador.

Em Monte Dourado, município na divisa do Pará com o Amapá onde funciona o Projeto Jari, milhões de eucaliptos, com 30

metros de altura, alinham-se num desenho simétrico. A gigantesca plantação era uma das idéias mirabolantes de Ludwig, o idealizador do Jari. Em 1967, quando comprou a área, Ludwig tinha 5 bilhões de dólares e estava na lista dos cinco homens mais ricos do mundo. Seu império amazônico, de 16 000 quilômetros quadrados (metade do tamanho da Bélgica), era a maior propriedade rural particular do planeta. O plano era substituir a mata nativa por florestas homogêneas para inundar o mercado mundial de celulose com a produção do Jari. E também expor-

O sonho e a realidade

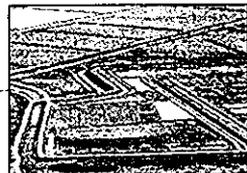
Compare os planos iniciais do criador do projeto Jari, Daniel Ludwig, com o que se produz hoje lá. A agropecuária foi um fracasso total. Mas a produção do minério caulim e de celulose é boa

Projeto inicial

Exportar 180 000 toneladas por ano

Situação atual

Nenhum quilo exportado



ARROZ

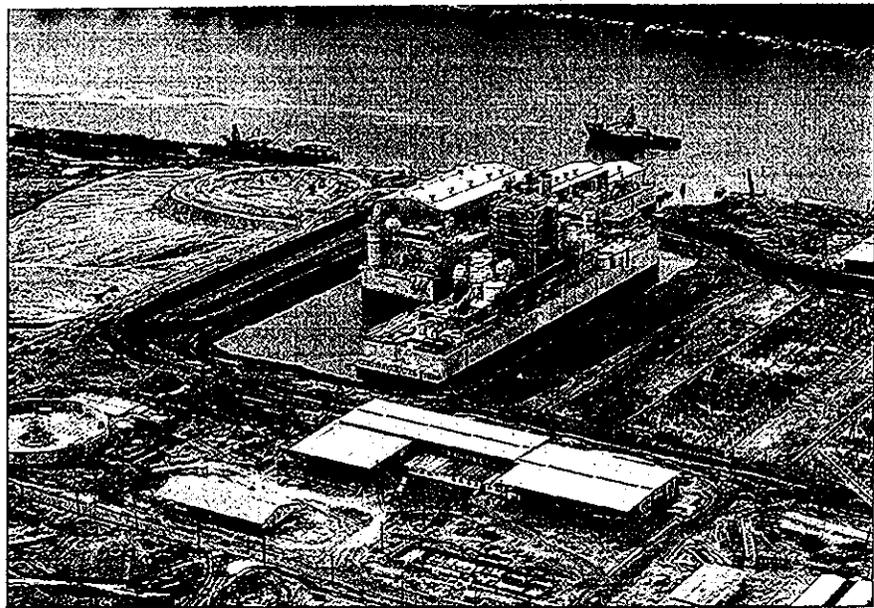
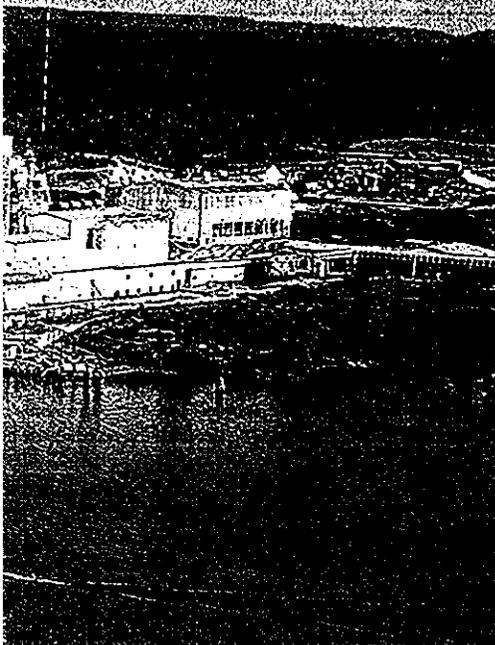


GADO

Criar 100 000 cabeças e exportar a carne

Tem 9 000 búfalos, cuja carne é comercializada nos frigoríficos locais

ÓLAR



A usina termoeletrica ao chegar do Japão nos anos 70: exemplo da megalomania de Ludwig (ao lado)



JANUARI SIMÕES

GAMMA

tar quantidades monumentais de carne, arroz e caulim, minério que serve, entre outras coisas, para dar acabamento ao papel. Em 1982, ao desistir do projeto, Ludwig tinha sepultado mais de 1.3 bilhão de dólares na selva. Morreu há sete anos, sem ver seu sonho deslanchar.

Durante os quinze anos em que Ludwig esteve por trás do negócio, o Jari foi ícone de uma campanha contra uma su-

A fábrica de celulose (acima): o comprador assumiria um prejuízo de 300 milhões de dólares

posta ameaça de intervenção estrangeira na Amazônia. Era uma balela nacionalista, mas serviu de argumento para que, em 1982, o governo organizasse a operação que transferiu o projeto para mãos de brasileiros. Ludwig recebeu 80 milhões de dólares, e foi embora. O consórcio que assumiu o Jari era lidera-

do pelo Grupo Caemi, do empresário Azevedo Antunes, e composto de vários bancos, empreiteiras e outras empresas. Juntos, o BB e o BNDES colocaram mais de 200 milhões de dólares para cobrir dívidas deixadas por Ludwig. Além disso, o BB entrou sozinho com mais 180 milhões de dólares em ações preferenciais, sem direito a voto. Foi uma montanha de dinheiro público torrada na selva. O que significa que, muito provavelmente, caberá aos contribuintes brasileiros rater o prejuízo pelo fracasso do projeto.

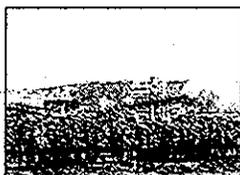
Braço podre — De tudo o que Ludwig idealizou três décadas atrás, só estão em funcionamento hoje a produção de celulose e a de minério. O restante fracassou e foi abandonado (veja quadro). O braço mais podre é o da fabricação de celulose. Desde que começou a produzir, há vinte anos, a Jarcel (Jari Celulose) só teve lucro em 1994. Mesmo em relação ao ano passado, quando bateu recordes de produção, com 290 000 toneladas, o balanço final, ainda não concluído, deve apresentar prejuízo, porque o preço do produto havia despencado no mercado internacional. Desde 1996, a Jarcel não paga nem mesmo os juros das dívidas de 300 milhões de dólares, herdadas da época da implantação do projeto e dos prejuízos acumulados nesses vinte anos. “O estilo de Ludwig era gastar o que fosse preciso para realizar seus planos”, conta o engenheiro agrônomo Cristóvão Lins, autor de dois livros sobre a história do Projeto Jari. Exemplos da megalomania são a fábrica de celulose e a usina termoeletrica que o



SUINO

Criar **15 000** porcos e exportar a carne

A suinocultura foi completamente abandonada



CELULOSE

Produção de **750 toneladas** por dia

Média diária de **850 toneladas** produzidas

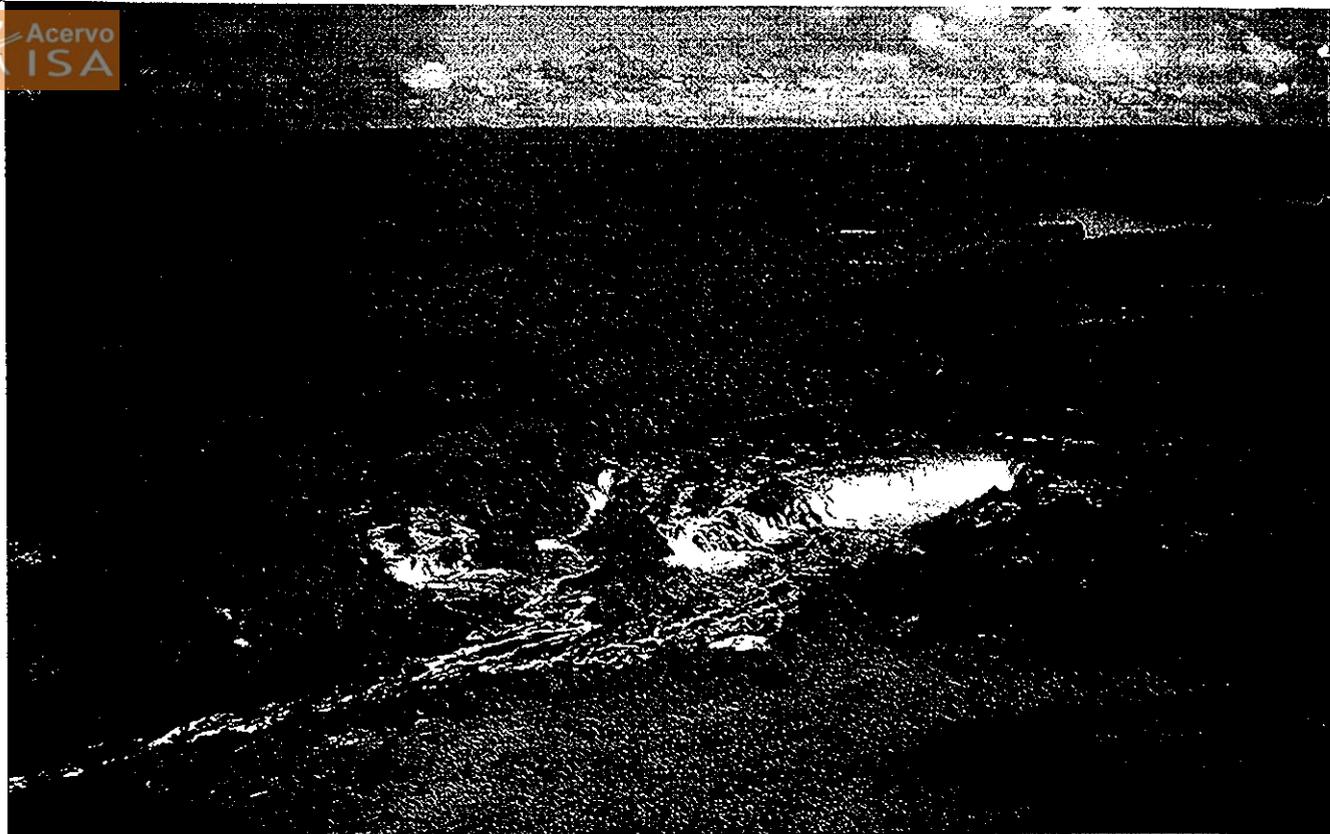


CAULIM

Produção de **400 000 toneladas** por ano

Expectativa de **800 000 toneladas** para este ano

FOTOS: S. ANDREI/IG. RAMOS/L. MARINHEP. MARTINELLO. CABRCA



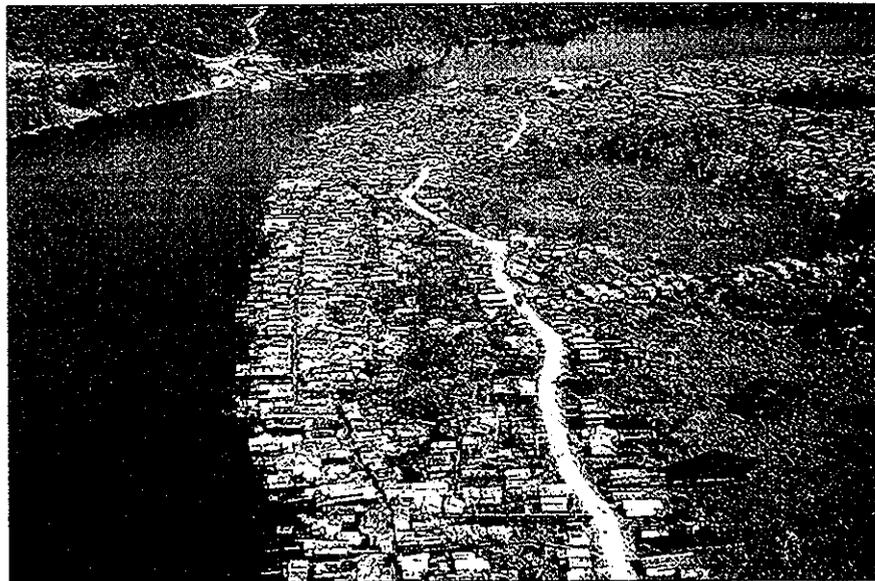
A cachoeira de Santo Antônio, local da usina hidrelétrica: imprescindível para a fábrica

bilionário mandou construir no Japão e transportar até a Amazônia, numa viagem transoceânica de 30 000 quilômetros

e 87 dias. A brincadeira custou 270 milhões de dólares.

Assim nasceram as dívidas que hoje tiram o sono da família Frering, dos 1 100 funcionários da Jarcel, dos 6 000 trabalhadores que a atendem de forma indireta e de mais de 70 000 pessoas, moradoras dos municípios que surgiram nas vizinhanças do Projeto Jari. O recorde na produção de celulose, no ano passado, mostrou que a fábrica pode ser viável. Desde que receba mais investimentos para ampliar a plantação de eucalipto, de modo a garantir matéria-prima para um aumento na produção de 20% nos próximos anos. Da mesma forma, seria necessário construir a hidrelétrica Santo Antônio, no Rio Jari, para fornecer energia à usina. É uma idéia antiga que nunca saiu do papel. "Estamos parados no tempo", afirma o diretor de operações, Erton Sanchez. "Enquanto nossos concorrentes dispõem de hidrelétricas, continuamos utilizando energia gerada pelas caldeiras vindas do Japão."

Fracassos e prejuízos — Para construir a hidrelétrica e se modernizar, o Jari precisaria hoje de 220 milhões de dólares. O problema é encontrar um investidor



O Beiradão, às margens do Rio Jari: 70 000 pessoas moram em cidades que nasceram com o projeto

disposto a colocar mais dinheiro ali, depois de trinta anos de fracassos e prejuízos. Os bancos e empresas que assumiram o abacaxi em 1982 não pretendem colaborar. Querem apenas receber o que a Jarcel lhes deve. O governo federal já avisou que o BB e o BNDES não colocam nem mais 1 centavo ali. As outras duas empresas que integram o complexo industrial do Jari, a Cadam, produtora de caulim, e a MSL Minerais, que exporta bauxita refratária, têm negócios lucrativos e também não estão interessadas em

ajudar a Jarcel. A Cadam faturou 100 milhões de dólares em 1998 e espera produzir 800 000 toneladas neste ano.

Os executivos do Jari garantem que estão em andamento negociações com duas empresas, uma americana e outra francesa, para a construção da hidrelétrica. A proposta é que elas a façam com recursos próprios e depois lucrem com a venda da energia para a Jarcel, os moradores de Monte Dourado e outras empresas que, espera-se, sejam atraídas para o local. É o último sinal de esperança, num longo pesadelo. Obsoleto e endividado, o Jari está a um passo do fim. ■